

**NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA:
O SISTEMA DE CULTURA DE LARANJEIRAS/SE**

Hildênia Santos de Oliveira¹
Luana Silva Bôamorte de Matos²

RESUMO: O presente artigo discorre sobre a implantação do “Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Cidades de Regiões Metropolitanas” – através de uma parceria firmada entre o Ministério da Cultura, a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e o Fórum Nacional de Dirigentes Municipais de Cultura – e a seguinte adesão do município de Laranjeiras, Sergipe, ao SNC, em 2012.

PALAVRAS-CHAVES: Laranjeiras. Ministério da Cultura. Planos Culturais. Políticas Públicas. Sistemas de Cultura.

A Constituição Federal, elaborada após um período ditatorial da história brasileira, e contando com a participação ativa dos movimentos sociais em sua elaboração, instituiu o Estado Democrático de Direito, que assegurou o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social.

A Carta de 1988 assumiu, então, uma configuração claramente protecionista, mostrando-se preocupada em garantir também o exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional e a liberdade das manifestações culturais (PEREIRA, 2008). Nela são expressamente consagrados os princípios da cidadania cultural e diversidade cultural, cabendo ao Estado garantir a plenitude dos direitos culturais e o acesso às informações sobre a cultura nacional, como o apoio e incentivo à valorização e difusão das diversas manifestações, reconhecendo a pluralidade étnico-cultural da formação histórica brasileira.

Tendo por base este direcionamento, na última década o Governo Federal passou a desenvolver políticas públicas direcionadas para a democratização da cultura, possibilitando o acesso aos bens culturais pelos brasileiros e aos recursos financeiros (através dos editais públicos), além de buscar, em paralelo, a construção de ações mais sólidas que atendessem independente da gestão política os desejos da população.

¹ Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe e aluna regular do Mestrado em História (linha “História Cultural”) pela mesma instituição. Email: hildeniade@bol.com.br

² Licenciada em História e Mestre em Educação, ambos pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: luanaboamorte@hotmail.com

Assim, as políticas públicas voltadas para a cultura tiveram como meta a valorização da diversidade das expressões, aliada a geração de renda, pensando na economia criativa, no fortalecimento de cadeias produtivas e na regulação da produção cultural, considerando as especificidades de cada área, compreendendo a pluralidade e os desafios para implantação de um conjunto de ações capaz de atender às demandas dos diversos seguimentos, desde as manifestações populares até os mais elaborados produtos culturais. Surgiram, então, o Sistema Nacional de Cultura – SNC e o Plano Nacional de Cultura – PNC.

O SNC começou a ser implementado em 2003, pelo Ministério da Cultura – MinC, e ainda não foi concluído. Ele surgiu para ser um modelo de gestão voltado a estimular e integrar as políticas públicas culturais implantadas pelos Estados e Municípios, descentralizando e organizando o desenvolvimento cultural do país, mesmo com o fim dos mandatos políticos, com a alternância dos governos.

Por meio dele, os governos estaduais e municipais assinam um termo de adesão ao Sistema e se comprometem, com o apoio do MinC, a implantar uma secretaria de cultura, um conselho de política cultural, uma conferência periódica de cultura, um plano de cultura e um sistema de financiamento.

Neste trabalho, em particular, vamos tratar deste novo formato das políticas públicas da cultura que se formou no início dos anos de 2000 no Brasil. Vamos discorrer sobre a implantação do “Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Cidades de Regiões Metropolitanas” – através de uma parceria firmada entre o MinC, a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e o Fórum Nacional de Dirigentes Municipais de Cultura – e a seguinte adesão do município de Laranjeiras, Sergipe, ao SNC, em 2012.

1. O Sistema Nacional de Cultura e os municípios do Brasil

O SNC está alinhado aos sistemas estaduais e municipais de cultura. Este processo de criação dentro das esferas estaduais e municipais começou em 2005, através das conferências que aconteceram em grande parte dos municípios do país, de onde (entre os participantes) foram indicados os delegados para as conferências estaduais e, por conseguinte, para as reuniões federais.

Para facilitar a articulação dos municípios dentro deste projeto nacional, o MinC laçou o “Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Cidades de

Regiões Metropolitanas”, através de uma parceria firmada entre o Ministério da Cultura (MinC), a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA) e o Fórum Nacional de Dirigentes Municipais de Cultura. Esta se tornou uma iniciativa pioneira e necessária.

Na primeira etapa do Projeto foram contemplados vinte municípios, a maior parte entre capitais e cidades de regiões metropolitanas. Foram eles: Aracaju, Belo Horizonte, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Luís e Vitória; Betim/MG, Joinville/SC, Olinda/PE, Sabará/MG, Santa Luzia/MG, São Caetano do Sul/SP, São Leopoldo/RS e Laranjeiras/SE³.

Vale destacar que o PNC passou a fazer parte da Constituição Federal em 2005, por meio da emenda nº 215, com o objetivo de ser um instrumento para a articulação de políticas públicas para a área cultural de médio e longo prazo. Em dezembro de 2010 o PNC foi instituído pela Lei nº 12.343.

A lei do PNC, por sua vez, prevê a assistência técnica a Estados e municípios brasileiros, ficando estabelecido que União seja responsável por criar estímulos para que estas esferas constituam seus planejamentos alinhados às diretrizes nacionais da área cultural.

2. Laranjeiras/SE: aspectos gerais

Laranjeiras é um município sergipano com área de 163,4 km², situado no litoral do Estado, na mesorregião do Leste Sergipano e microrregião do Baixo Cotinguiba (IBGE, Censo 2008). Ocupando uma região de morros e colinas, o rio Cotinguiba é um dos importantes componentes da paisagem local, cujo trajeto corta o Centro Histórico, desaguando no Rio Sergipe. Seus limites são as cidades de Riachuelo, Areia Branca, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Maruim e Santo Amaro das Brotas.

A sua principal localidade é o Centro, que concentra a maior parte das construções históricas preservadas, casarões que são testemunha de uma época áurea. O município possui vários povoados localizados principalmente na zona rural, tais como Camaratuba, Comandaroba, Mussuca, Pedra Branca, entre outros. A cidade possui 26.903 habitantes (IBGE, Censo 2010) e densidade demográfica de aproximadamente 162,2 hab/km².

³ Dentre a lista de municípios que fizeram parte do Projeto, Laranjeiras foi o único que possuía uma população de menos de trinta mil habitantes.

Na segunda metade do último século, a cidade de Laranjeiras retomou o seu crescimento econômico, principalmente com a chegada de empresas especializadas na extração de minérios – calcário e potássio. Em 1975 foi instalada uma fábrica de cimento da Votorantim e em 1982 uma fábrica de fertilizantes nitrogenados, hoje ligada a Petrobrás.

Dessa forma, a economia que outrora era apenas agrícola, passou a englobar o setor industrial e diversas empresas de prestação de serviços de médio e pequeno porte, além de profissionais ligados à economia da cultura. Estas novas atividades econômicas deram a cidade um novo perfil.

No tocante aos aspectos da economia cultural, vale destacar que a cidade recebeu, ao longo dos últimos quarenta anos, diversos investimentos na recuperação do seu patrimônio arquitetônico, principalmente através do “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste” (entre as décadas de 1970 e 1980) e do “Programa Monumenta” (nos anos de 2000), vindo, em 1996, a ser tombada como patrimônio nacional.

Em 2007, a cidade que passou a ser conhecida como “Museu a céu aberto” e como “Capital da cultura popular”, recebeu a instalação do Campus Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe, onde passou a funcionar os cursos de graduação em Arqueologia, Museologia, Teatro, Dança e Arquitetura e Urbanismo e o mestrado em Arqueologia.

Desse modo, com a instalação desses cursos Laranjeiras está incentivando a profissionalização dos artistas locais, pois temos diversos grupos de teatro de dança, e outras manifestações culturais. A maior riqueza do município de Laranjeiras são as manifestações culturais sendo 22 grupos folclóricos como a Taieira, a Chegança, o Cacumbi, os Reisados, o São Gonçalo, Samba de Pareia, Samba de coco, Guerreiros, Lambe-sujo x Caboclinhos, entre outros, dentre os quais vários são grupos seculares que completam a sua existência e beleza emoldurando os casarios da “Capital da cultura popular.

Diante de tanta riqueza cultural um evento criado na década de 1970, que completa em janeiro de 2013, 38 anos de existência do Encontro Cultural de Laranjeiras, sendo uma projeção da riqueza cultural da cidade, onde se misturam fé, crenças, brincadeira, manifestações culturais, música, dança, teatro, simpósios, rodas de conversa onde o lúdico se faz presente, Laranjeiras se cobre de fitas coloridas e chapéus com espelhos para refletir assim a suas belezas, e é na Festa de Reis, dentro do Encontro Cultural onde tudo se funde tornando-se um mix de coloridos, onde as religiões se confundem e se fundem, pois é coroada a Rainha

das Taieiras⁴ no altar da Igreja católica de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, tornando-se ponto alto do Encontro Cultural de Laranjeiras.

A cidade de Laranjeiras, reconhecida como Patrimônio Nacional desde 1996 e Estadual desde 1971, mantém parte de seu patrimônio edificado preservado, especialmente dentro dos limites de seu sítio urbano tombado. Nesta área, contudo, há diferentes situações de preservação.

Apesar de Laranjeiras ser tombada pelas duas esferas estadual e federal, apenas o último tem cumprido essa função. Ressalte-se, mesmo após o tombamento federal, a fiscalização das áreas mais degradadas, por parte do IPHAN, tem encontrado dificuldades sérias de deficiência de quadros técnicos do órgão. O estado não executa qualquer fiscalização ou atividade de proteção. Já a prefeitura municipal possui um departamento de fiscalização existente na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

Sob o ponto de vista legislativo, além dos tombamentos e das leis que regem estes, há uma série de dispositivos locais: o Plano Diretor trata da proteção do patrimônio cultural; a Lei Orgânica do Município prevê a isenção do IPTU para os imóveis tombados (art. 165, lei de 5 de abril de 1990); a lei nº 615, de 04/11/1998 trata de incentivos fiscais para a realização de projetos; foram criados um Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Laranjeiras (lei nº. 725, de 22/07/2003, regulamentada pelo decreto nº 3, de 15/01/2004), um Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (lei nº 651, de 17/05/2001) e um Conselho Municipal de Política Cultural (lei nº 920, de 30/03/2010).

O município vislumbra como grandes possibilidades, o turismo histórico-cultural, a presença da Universidade Federal de Sergipe. Existe a intenção de melhorar a infraestrutura da cidade, tanto na sede quanto nos seus povoados e capacitar profissionais para dar suporte às atividades turísticas. Na sede ações de recuperação e preservação já são visíveis, pela recuperação do conjunto arquitetônico da Universidade Federal, e outros prédios do entorno modificando completamente a paisagem urbana.

⁴ “O sentido religioso da taieira originalmente inspirado no catolicismo, encontra-se hoje em Laranjeiras mesclado com elementos das crenças afrobrasileiras. “terreiro” a taieira recebeu influencia do culto negro”. “influências veladas que não emergem ao nível de consciência de seus participantes que não chegaram a modificar a forma dos festejos, mas que sub-receptivamente se revelam aqui, acolá, explicando certos rituais da taieira, como a sucessão da “cabeça do festejo”, os cantos e os santos católicos em homenagens aos quais se dança a taieira correspondem a entidades fetichistas cultuadas no terreiro”. Beatriz Góis Dantas – A Taieira em Sergipe – pag 29.

3. O Sistema de Cultura de Laranjeiras/SE

No ano de 2008 foi criada uma secretaria exclusiva para a cultura e em 2010 foi composto o Conselho Municipal de Políticas Culturais, integrado em igual número por representantes do governo e dos diversos segmentos culturais existentes no município. Também já foram realizadas três edições da Conferência Municipal de Cultura, em 2009, 2011 e 2013 como espaços de participação social onde ocorreram as articulações entre Estado e sociedade civil para analisar a conjuntura da área cultural e propor diretrizes, metas e ações para a formulação de políticas públicas de Cultura.

A Cidade de Laranjeiras, que está localizada no menor estado do Brasil, destaca-se no cenário nacional pela suas riquezas culturais, a Prefeitura de Laranjeiras tem trabalhado de forma pioneira em Sergipe, na construção de uma ferramenta administrativa que atenda as expectativas da sociedade laranjeirense, por uma gestão pública da cultura mais democrática, transparente e participativa. Estão foram criadas as instâncias administrativas que, consolidadas e orquestradas, formam o Sistema de Cultura de Laranjeiras que deverá responder aos desafios através de uma gestão e compartilhada entre Estado e Sociedade.

4. Conclusão

Neste sentido, o Plano Municipal de Cultura de Laranjeiras é mais um passo dado pelo município que tem por finalidade o planejamento e implementação de ações de longo prazo para a proteção, promoção e salvaguarda da diversidade cultural laranjeirense. Com horizonte de dez anos, este plano dará aos próximos gestores municipais as diretrizes que deverão, por sua força de lei municipal, ser obrigatoriamente seguidas na estruturação de suas administrações. Ainda de forma concreta, deverá ser a bússola de orientação porque seu conteúdo está completamente apoiado nas discussões realizadas pela secretaria e com a mediação dos membros do conselho em inúmeras reuniões com os agentes culturais da cidade ao longo do ano de 2012, além das conferências de 2009, 2011 e 2013, onde foi eleita ações de forma a priorizar os primeiros anos de gestão do Plano Municipal de Cultura de Laranjeiras, e neste sentido é uma sendo uma representação concreta dos anseios da sociedade, em torno da gestão pública da cultura.

5. Referências

Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236 p.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas públicas. São Paulo, 2011.

PEREIRA, Julio César. O conceito de cultura na Constituição Federal de 1988. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4, 2008, Salvador. **Anais eletrônico...** Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-96-2013-o-conceito-de-cultura-na-constituicao-federal-de-1988.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

Plano de Cultura de Laranjeiras/SE.

Plano de Cultura de Recife/PE.